O PROCESSO E A NEGAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: ANÁLISE JURÍDICA DA OBRA DE FRANZ KAFKA SOB A ÓTICA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Maria Clara Gonçalves Dutra De Almeida

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O romance "O Processo", de Franz Kafka, emerge como uma obra literária de inquestionável relevância para o estudo do Direito, especialmente no que tange à reflexão sobre a justiça, o devido processo legal e as garantias fundamentais. A narrativa acompanha a trajetória de Josef K., um procurador bancário que é subitamente acusado e levado a um processo judicial absurdo e opressor, sem jamais conhecer a natureza de sua acusação ou ter acesso às regras do sistema que o condena. Este resumo expandido busca analisar como a obra de Kafka representa uma crítica à burocratização excessiva e à arbitrariedade do sistema judicial, que desconsidera os princípios basilares do direito moderno. O objetivo central é demonstrar, a partir da leitura da obra, como a violação do devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF) e da fundamentação das decisões (art. 93, IX, da CF; e art. 489, § 1º, do CPC) revela a importância das garantias processuais para a manutenção de um sistema jurídico justo e humano.

Objetivo

A interdisciplinaridade entre Direito e Literatura servirá de ferramenta para aprofundar a compreensão sobre os paradoxos e distorções que um sistema jurídico pode apresentar quando se afasta de seus fundamentos éticos e garantistas. Adicionalmente, serão utilizadas as categorias de análise da Criminologia Crítica para interpretar o caráter seletivo e arbitrário do sistema penal kafkiano.

Material e Métodos

A obra de Kafka será abordada a partir de eixos teóricos que se conectam com a crítica ao processo jurídico. A violação dos princípios do devido processo legal, em suas dimensões substancial e formal, é central para a análise. No caso de Josef K., a acusação indeterminada (violando o art. 489, § 1º, II, do CPC) e a impossibilidade de defesa violam a ampla defesa e o contraditório (art. 5º, LV, da CF). A falta de publicidade e a ausência de fundamentação nas decisões (art. 93, IX, da CF e art. 489, § 1º, do CPC) demonstram um sistema guiado pela arbitrariedade e não pela razão jurídica. Especificamente, a forma como o processo de Josef K. desconsidera a necessidade de decisões motivadas e transparentes encontra um paralelo direto na exigência do art. 93, IX, da CF, que prevê a nulidade de decisões não fundamentadas, e do art. 489, § 1º, do CPC, que detalha as hipóteses

de ausência de fundamentação. A degradação psicológica de Josef K., que se torna cada vez mais submisso, ilustra a total desconsideração pela dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF). A leitura de Kafka, portanto, não é apenas um exercício literário, mas uma provocação filosófica sobre os limites do poder estatal e a importância dos princípios democráticos. Adicionalmente, a obra será analisada sob a perspectiva da Criminologia Crítica, que questiona a seletividade e o caráter opressor do sistema penal, elementos marcantes na narrativa kafkiana.

Resultados e Discussão

Em "O Processo", a negação da justiça se manifesta de forma evidente na condução do caso de Josef K. Sua jornada é uma progressiva desintegração de sua individualidade e dignidade, diretamente proporcional à impotência diante do sistema. O tribunal é um labirinto indecifrável, com salas de audiência em sótãos e juízes que parecem não se importar com a verdade. A figura do advogado, ineficaz e corrompido, ilustra a falência dos mecanismos de defesa. A crítica kafkiana à burocratização revela como a complexidade e a formalidade podem sufocar a essência do direito, tornando-o inacessível e ininteligível. A alegoria da porta da Lei reforça a ideia de que a justiça pode estar sempre fora de alcance, uma promessa que nunca se cumpre para o cidadão comum. A análise do processo de K. sob a luz dos dispositivos violados no art. 489 do CPC e do art. 93 da CF demonstra que a ausência de transparência e de fundamentação não é apenas uma falha processual, mas uma negação dos pilares do Estado de Direito.

Conclusão

A análise de "O Processo" permite concluir que um sistema jurídico que ignora as garantias processuais e se entrega à arbitrariedade burocrática caminha para a opressão e a injustiça. A obra de Kafka, embora literária, serve como um poderoso alerta para a comunidade jurídica, demonstrando as consequências catastróficas de se permitir que o formalismo e a burocracia se sobreponham à dignidade da pessoa humana e ao devido processo legal. O trabalho acadêmico sobre este tema contribui para a reflexão sobre os pilares do direito contemporâneo.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
BRASIL. Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília, DF, 2015.
FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: teoria do garantismo penal. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
KAFKA, Franz. O Processo. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
MOREIRA, Adilson José. Pensamento afroperspectivista e o Sistema de Justiça Criminal. In: Criminologias. São Paulo: IBCCrim, v. 2, n. 4, 2021.